



Comarca: SÃO DOMINGOS DO CAPIM

Unidade Judiciária: VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

Magistrado(a): MARIA AUGUSTA FREITAS CUNHA

Diretor(a) de Secretaria: EDGAR SOUZA SANTOS

ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE CONTROLE

1. SECRETARIA

1.1 A secretaria faz uso do módulo de tramitação interna no sistema de acompanhamento processual, de forma a facilitar sua localização?

Resposta da UJ: Sim

Complementação: Não houve complementação

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a unidade judiciária utiliza o módulo de tramitação interna na grande maioria dos processos.

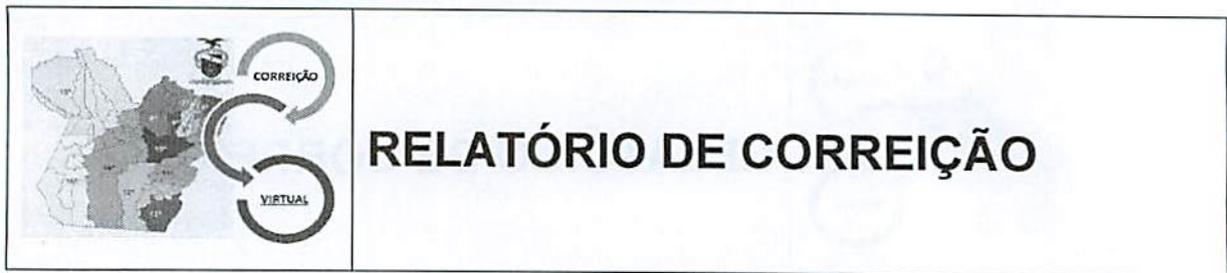
Recomendações: A unidade judiciária deve permanecer utilizando a referida ferramenta a fim de alcançar a totalidade dos processos.

1.2 Existem processos pendentes de recebimento de tramitação externa, no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Não

Complementação: Não houve complementação

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os processos de nº 0000048-53.2005.8.14.0052, 0000441-15.2009.8.14.0052, 0000551-89.2011.8.14.0052, 0000527-15.2011.8.14.0052, 0000389-05.2010.8.14.0052, 0000135-14.2010.8.14.0052, 0002604-49.2016.8.14.0052, 0000204-62.2016.8.14.0052, etc., encontram-se com tramitação externa em aberto.



Recomendações: A unidade judiciária deve efetuar baixa na tramitação de externa de documentos, processos e outros expedientes recebidos, conforme preceitua o manual de rotinas. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

1.3 É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente (réus presos, adolescentes infratores, idosos, etc.)?

Resposta da UJ: Sim

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os Processos de nº 0003390-64.2014.8.14.0052, 0000872-72.2012.8.14.0052, 0000021-28.2015.8.14.0052, 0000322-70.2011.8.14.0052, 0000164--08.2012.8.14.0052, 0000091-82.2012.8.14.0052, etc., encontram-se paralisados apesar de serem detentores de prioridade legal.

Recomendações: A unidade judiciária deve conceder prioridade de tramitação processual aos autos que possuam detentores da referida prerrogativa.

1.4 As informações de qualificação das partes são inseridas, complementadas e atualizadas no sistema?

Resposta da UJ: Sim

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a ausência de informações para correta identificação das partes, bem como pendência de ativação das mesmas, nos Processos de nº 0000094-51.2002.8.14.0052, 0000048-53.2005.8.14.0052, 0000357-89.2011.8.14.0052, 0000551-89.2011.8.14.0052, 0000448-77.2009.8.14.0052, 0000464-39.2011.8.14.0052, 0000098-31.2002.8.14.0052, 0000586-24.2007.8.14.0052, etc.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a inserção/atualização na qualificação das partes nos processos em que não haja tal registro, a fim de facilitar

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized cursive letters, is located at the bottom left of the page.



sua correta identificação, conforme estabelece o manual de rotinas, o Provimento nº 16/2009-CJRMB e o Provimento Conjunto nº 005/2010-CJRMB/CJCI. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

1.5 No caso de processos de natureza penal, está sendo efetuado o registro de informações da filiação?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que não estão sendo efetuados o cadastro de filiação das partes nos Processos de nº 0000203-83.2011.8.14.0052, 0000448-77.2009.8.14.0052, 0000186-63.2006.8.14.0052, 0003787-55.2016.8.14.0052, 0000524-49.2015.8.14.0052, etc.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a inserção/atualização dos dados de filiação das partes nos processos em que tal informação encontre-se ausente, a fim de facilitar sua correta identificação, conforme estabelece o manual de rotinas, o Provimento nº 16/2009-CJRMB e o Provimento Conjunto nº 005/2010-CJRMB/CJCI. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

2. AUDIÊNCIA

2.1 Há o registro do motivo de não realização de audiência, no campo OBSERVAÇÃO, no sistema?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que não consta no campo OBSERVAÇÃO os motivos de não realização/remarcação de



audiências designadas nos autos dos Processos de nº 0000048-53.2005.8.14.0052, 0000357-89.2011.8.14.0052, 0000497-81.2007.8.14.0052, 0000527-15.2011.8.14.0052, 0000484-91.2009.8.14.0052, 0002604-49.2016.8.14.0052, etc.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder no Sistema Libra no campo “observação” dos motivos pelos quais as audiências designadas são remarcadas ou não são realizadas.

2.2 Todas as audiências são designadas, cadastradas e acompanhadas no sistema pelo Gabinete/Secretaria, sendo observado o enquadramento dos tipos de audiência?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que as audiências designadas observam o critério de enquadramento quanto ao seu tipo. No entanto, impende ressaltar que, grande parte dos documentos cadastrados encontram-se pendentes de finalização, impedindo sua visualização no referido sistema de consulta processual.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a finalização dos documentos cadastrados no Sistema de Acompanhamento Processual Libra que se encontrem pendentes de tal providência a fim de que fiquem acessíveis a consulta pública. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 - Todos os atos processuais são lançados no sistema? (Ofícios, certidões, mandados, alvarás, etc.)?

Resposta da UJ: SIM



Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que apesar da unidade judiciária proceder o cadastro dos atos processuais no referido sistema, muitos documentos encontram-se pendentes de finalização, como por exemplo os Processos de nº 0000527-15.2011.8.14.0052, 0000203-83.2011.8.14.0052, 0000484-91.2009.8.14.0052, 000472-33.2008.8.14.0052, 0000021-28.2015.8.14.0052, 0001106-20.2013.8.14.0052, etc.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a finalização dos documentos cadastrados no Sistema de Acompanhamento Processual Libra que se encontrem pendentes de tal providência a fim de que fiquem acessíveis a consulta pública. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

3.2 - Os Mandados de Prisão, Alvarás de Soltura e as Guias de Execução (provisórias e definitivas) são cadastrados no sistema, com transmissão eletrônica? (Provimento Conjunto nº 009/2014 e 005/2015)?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os referidos documentos encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas

3.3 - Os eventos de prisão e soltura de réus, com suas respectivas datas, são cadastrados no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra verificou-se que os eventos de prisão e soltura dos réus encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

Deus



3.4 - A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, é comunicada à Justiça Eleitoral?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, não foram encontrados processos em que tenha ocorrido comunicação de sentença criminal condenatória à Justiça Eleitoral.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a comunicação de sentença penal condenatória à Justiça Eleitoral, em atenção ao art. 15, III, da Constituição Federal.

3.5 - Os atos processuais ordinatórios são cadastrados no sistema?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a unidade judiciária cadastra os atos ordinatórios expedidos.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.6 - Os prazos para realização dos atos processuais são cumpridos pela secretaria?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os Processos de nº 0000186-63.2006.8.14.0052, 0000472-33.2008.8.14.0052, 0003054-



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

94.2013.8.14.0052, 0000586-24.2007.814.0052, 0001005-12.2015.8.14.0052, entre outros, tiveram suas tramitações prejudicadas em algum momento em virtude da ausência de cumprimento dos atos processuais devidos pela Secretaria.

Recomendações: Considerando as justificativas apresentadas pela Magistrada do Comarca, a Secretaria da unidade judiciária deve, na medida do possível, dar cumprimento aos atos processuais dentro do prazo legal, bem como ao manual de rotinas, procurando soluções que otimizem o serviço a ser desempenhado. Fica assinado o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento da presente recomendação.

3.7 - Há processos de adolescentes infratores internados sem a guia de internação expedida (provisória ou definitiva)?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, não foram localizados processos com adolescentes infratores internados, sem a expedição de guia de internação.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

4.1 - Os procedimentos de depósitos judiciais estão sendo realizados por meio do sistema informatizado de Depósito Judicial?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a unidade judiciária está utilizando o sistema informatizado de depósito judicial.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'DAM', is located in the bottom right corner of the page.



Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4.2 - Existem processos com depósitos judiciais há mais de três anos sem movimentação?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se a existência de 38 (trinta e oito) subcontas paralisadas há mais de 03 (três) anos, sendo que em 06 (seis) delas os processos já se encontram arquivados, tais como Processos de nº 2012.2.0000917, 2010.2.0003195, 2009.2.0000615, 2003.1.0000126, etc.

Recomendações: O Magistrado responsável pela Comarca e a Secretaria da unidade judiciária devem observar o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual nº 6750, de 19/05/2005.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

5.1 - As cartas precatórias expedidas são devidamente lançadas no sistema, informando sobre o seu cumprimento e a indicação do juízo deprecado?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não há complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que as cartas precatórias expedidas foram lançadas no Sistema Libra, com informações acerca de seu cumprimento bem como indicação do Juízo deprecado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



5.2 - Existem cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas, com prazo excedido?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não há complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que as cartas precatórias recebidas são cumpridas e devolvidas ao Juízo deprecante.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.3 - Existem processos com Cartas Precatórias expedidas e ainda não devolvidas, e cujas reiterações devam ser feitas?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não há complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a maioria das cartas precatórias expedidas pela unidade judiciária já foi devolvida e que, apenas as confeccionadas recentemente, encontram-se pendentes de devolução.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.4 - A Secretaria está procedendo a entrega de Mandados Judiciais, via módulo de Central de Mandados, no sistema?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza a entrega de mandados via módulo Central de Mandados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



5.5 - Há controle de prazos, inclusive quanto ao tempo máximo de internação provisória, em processos de adolescentes infratores e também ao acolhimento institucional?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle do tempo máximo de internação provisória de adolescentes infratores, bem como de acolhimento institucional.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.6 - Há controle de prazos para o cumprimento de mandados por parte dos Oficiais de Justiça?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que os mandados de nº 2012.01468866-77, 2012.02223891-49, 2012.02305246-36, 2012.02527025-22, 2014.00959159-89, 2014.01386151-95, entre outros, encontram-se pendentes de devolução há mais de 30/60 dias.

Recomendações: Considerando as justificativas apresentadas pela Magistrada da Comarca, recomenda-se a unidade judiciária que envide esforços no sentido de empreender fiscalização acerca da devolução dos referidos expedientes, em atenção ao Provimento Conjunto nº 002/2015 – CJRMB/CJCI, bem como proceda a utilização da ferramenta “controle de prazo” disponível no Sistema Libra.

6. ARQUIVAMENTO



6.1 - A secretaria busca a priorização de arquivamento de processos, tão logo eles estejam aptos e serem eliminados da contabilização ativa do acervo?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra não foram encontrados processos aptos ao arquivamento que estivessem em situação diversa.

Recomendações: Tendo em vista que a presente correição está sendo realizada de forma virtual e que a análise dos processos é feita por amostragem, mas considerando que a Magistrada da unidade judiciária admitiu a ocorrência da referida situação, recomenda-se a mesma que envide esforços no sentido de priorizar o arquivamento de processos que se encontrem aptos a tal providência.

6.2 - Existem processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal? (Processo "pai" e "filho").

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, não foram encontrados processos na referida situação.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

7. PUBLICAÇÃO



7.1 - A resenha para publicação é feita diariamente, em observância às Resoluções nº 006/2005-GP e 014/2009?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Diário de Justiça Eletrônico, verificou-se que a média de publicação por amostragem da unidade judiciária, no período de julho, agosto e setembro do presente ano, é de 2x (duas vezes) por semana.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder a publicação de sua resenha diariamente, conforme preceitua o manual de rotinas.

8. GABINETE

8.1 - Existem processos pendentes de recebimento na Tramitação Externa, no ambiente do sistema LIBRA?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que a quase totalidade dos processos analisados não possuem tramitações externas em aberto, exceto os autos de nº 0000441-15.2009.8.14.0052 e 0000094-51.2002.8.14.0052.

Recomendações: A unidade judiciária deve permanecer envidando esforços a fim de cumprir o que estabelece o manual de rotinas e continuar procedendo as baixas de tramitação externa nos autos enviados ao gabinete.



8.2 - O cadastro dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo Gabinete?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Libra, verificou-se que o cadastro dos despachos, decisões e sentenças é efetuado pelo sistema do gabinete.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

9. METAS 2016

9.1 - META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que a Comarca de São Domingos do Capim não vem cumprindo a meta 01 do CNJ.

Recomendações: A unidade judiciária deve endividar esforços a fim de dar cumprimento à meta 01 do CNJ. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

9.2 - META 2 – Julgar processos mais antigos (80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau). Excluir: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.



Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que a Comarca de São Domingos do Capim não vem cumprindo a meta 02 do CNJ.

Recomendações: A unidade judiciária deve endividar esforços a fim de dar cumprimento à meta 02 do CNJ, uma vez que apenas 76,44% da mesma encontra-se cumprida. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

9.1 - META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013).

Resposta da UJ: SIM

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que a Comarca de São Domingos do Capim não vem cumprindo a meta 04 do CNJ.

Recomendações: A unidade judiciária deve endividar esforços a fim de dar cumprimento à meta 04 do CNJ, uma vez que apenas 23,17% da mesma encontra-se cumprida. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.



9.2 - META 6 – Priorizar o julgamento de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau.

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que a Comarca de São Domingos do Capim não vem cumprindo a meta 06 do CNJ.

Recomendações: A unidade judiciária deve endividar esforços a fim de dar cumprimento à meta 06 do CNJ. Fica assinado o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da presente recomendação.

10. REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO ANUAL

10.1 - É cumprido o art. 11 do Prov. 004/2001? (Realização de Correição Anual na UJ, pelo Juiz de Direito).

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: A magistrada da Comarca aduziu que tal fato decorre do número insuficiente de servidores que se encontram efetivamente trabalhando na Comarca; da ausência de Oficial de Justiça; das constantes quedas de energia elétrica e da falta de equipamentos de informática.

Avaliação da questão pela CJCI: Conforme exposto pela Magistrada da Comarca, a unidade judiciária vem procedendo a realização de correição anual ordinária.

Recomendações: A magistrada responsável pela unidade judiciária deve providenciar a realização de correição anual ordinária, em atenção ao Provimento nº 004/2001.



11. QUADRO FUNCIONAL

11.1 - Quem são os colaboradores da Secretaria e do Gabinete? (Anexar a lista do quadro funcional da UJ).

Resposta da UJ: Lista de servidores em anexo.

Complementação: Lista de servidores em anexo.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que a unidade judiciária possui 01 (uma) assessora jurídica; 02 (dois) analistas judiciários; 01 (um) auxiliar judiciário; 01 (um) atendente judiciário; 01 (um) chefe da UNAJ; 01 (um) oficial de justiça; 03 (três) agentes de segurança; 01 (um) auxiliar de serviços gerais contratado; e 03 (três) funcionários cedidos da Prefeitura Municipal.

Recomendações: Apesar de alguns servidores encontrarem-se no gozo de licença-prêmio ou de licença-saúde, o número de funcionários lotados na Comarca de São Domingos do Capim é compatível com o seu acervo processual da mesma, exceto o cargo de Oficial de Justiça que só possui um servidor, qual seja, Maria Lídia Oliveira Pereira. Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas solicitando a lotação de mais um Oficial de Justiça na Comarca.

12. SISTEMAS CNJ

12.1 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação

Avaliação da questão pela CJCI: Não existe nenhuma condenação cadastrada com trânsito em julgado.



Recomendações: O relatório parcial de metas aponta que, até agosto, foram sentenciados 06 (seis) processos da Meta 04. Se em algum deles houver condenação transitado em julgado, seus dados devem ser inseridos no sistema nacional.

12.2 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: SIM.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI:

ANO: 2016, há pendência de cadastro de inspeção no mês de agosto.

ANO: 2015, sem pendências.

Estabelecimento penal: Delegacia de Polícia Civil

Recomendações: A magistrada deve fazer o cadastro da inspeção no sistema, nos meses em que está respondendo pela Unidade Judiciária. Lembramos que a inspeção em estabelecimentos penais é um dos requisitos de avaliação e critério objetivo para aferição de merecimento para a promoção de Magistrados, conforme preceitua o Art. 7º, inciso "I", item "g", da Resolução 106 do CNJ; e Art. 16, inciso "I", item "f", da Resolução 012/2011-GP/TJPA.

12.3 - Os dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Houve justificativa de inserção de dados, na questão 3.6

Avaliação da questão pela CJCI: 11 (onze) armas cadastradas, todas de processos do ano de 2009 e 2011. Já no sistema LIBRA existe 62 bens cadastrados, em sua grande maioria, armas. Não foi verificado a existência outros bens além de armas.

Recomendações: O Sistema Nacional de Bens Apreendidos foi instituído através da Resolução nº 63/2008. Todos os bens apreendidos devem ser cadastrados no sistema, e não, tão somente, armas, sendo obrigatória a indicação do valor estimado



ou resultante de avaliação dos bens imóveis, veículos automotores, aeronaves, embarcações e moedas em espécie (art. 2º da Resolução 063/2008-CNJ).

12.4 - Os dados do Sistema Nacional de Controle de Interceptações, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: SIM

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: No ano de 2016 não há nenhuma informação cadastrada. No ano de 2015, constam pendências de cadastro da informação para os seguintes meses: janeiro, fevereiro, março, outubro, novembro e dezembro.

Recomendações: O preenchimento deste sistema é obrigatório, mesmo que não haja interceptação no mês em referência. A magistrada deve fazer o cadastro no Sistema Nacional de Controle de Interceptação, nos meses em que está respondendo pela Unidade Judiciária.

12.5 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Adoção (CNA), são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: SIM.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Nenhuma criança ou pretendentes cadastrados. Entretanto foi verificado que no mês de setembro existiam 08 processos de Adoção (classe 1401) [00001556620088140052; 00003236520118140052; 00005157520118140052; 00007254620128140052; 00015825820138140052; 00027681920138140052; 00028236720138140052; 00034503720148140052]; e 01 processo de Adoção c/c Destituição do Poder Familiar (classe 1412) [00005233520138140052].

Recomendações: No CNA, implantado pela Resolução nº 54/2008, estão concentradas as informações referentes aos pretendentes habilitados e às crianças/adolescentes aptos a serem adotados. Todas as crianças e pretendentes constantes em processos devem ser cadastrados no sistema.



12.6 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: NÃO

Complementação: Não existem crianças acolhidas.

Avaliação da questão pela CJCI: Nenhuma criança, entidade de acolhimento ou família acolhedora cadastrada.

Recomendações: Não há recomendações a fazer.

12.7 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: NÃO.

Complementação: Não existe unidades de internação na Comarca.

Avaliação da questão pela CJCI: Não existe unidade de internação e semiliberdade na Comarca.

Recomendações: Não há recomendações a fazer.

Belém, 14 de outubro de 2016.

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIN
Juíza Auxiliar da CJCI

Thaiza M. Pereira Suano de Farias

Thaiza M. Pereira Suano de Farias.
Assessora Jurídica da CJCI